

# Comissão do Congresso quer a moratória. Com urgência.

A comissão mista que trata do endividamento externo vai pedir terça-feira ao presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), regime de urgência na votação do projeto do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que prevê a suspensão do pagamento da dívida até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre a legalidade ou não dos contratos firmados. A decisão da comissão provocou a demissão do seu relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), que discorda da moratória.

O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (PMDB-MG), vai indicar um novo relator também do PMDB, por ser o partido majoritário no Congresso. Ronan Tito ainda não decidiu quem será o substituto de Severo Gomes. Nos próximos dias, o STF vai receber o relatório aprovado pela comissão da dívida e analisará todos os contratos assinados entre o governo brasileiro e os credores internacionais sem a aprovação do Congresso.

O senador Severo Gomes considera a suspensão do pagamen-

to dos juros e do principal da dívida prejudicial à economia brasileira porque impede o recebimento de créditos de curto prazo assinados com bancos e governos estrangeiros. O relatório elaborado por Severo Gomes foi aprovado, na íntegra, pela comissão. O texto original não propunha moratória, o que foi acrescentado durante a votação final, antenotem à noite.

O parecer do senador Severo Gomes prevê, ainda, o pagamento, ao governo brasileiro, dos prejuízos causados pela cláusula dos juros flutuantes sobre os empréstimos externos dos bancos privados. Desde a aplicação destas cláusulas, o endividamento brasileiro cresceu em US\$ .65 bilhões, segundo a comissão. Outro prejuízo calculado pela comissão estima entre 25% e 50% da dívida atual com os bancos. Os dados do deputado Delfim Netto — ex-ministro do Planejamento — indicam um prejuízo de US\$ 34 bilhões.

O deputado Hermes Zanetti (PSDB-RS), vice-presidente da comissão mista considerou anti-

democrática a decisão do senador Severo Gomes de abandonar a comissão depois que teve o seu relatório aprovado com o acréscimo que prevê a moratória. O regimento das comissões estabelece a substituição do relator quando o seu parecer é rejeitado. Mas isso não ocorreu, segundo Zanetti, porque o relatório de Severo Gomes foi aprovado na íntegra.

## Maílson

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse ontem à noite em Belo Horizonte que não se surpreendeu com o parecer da comissão, favorável ao não-pagamento dos juros externos. Segundo o ministro, "o parecer foi resultado de ação decisiva do candidato do PRN à Vice-Presidência, senador Itamar Franco". Maílson lembrou que a matéria ainda irá a plenário para votação, mas disse não acreditar que um grupo do Congresso possa sensibilizar a maioria para uma "ação sem sentido", que "isolaria o Brasil da comunidade internacional".